

Qual o futuro para o Mali?

FONTE: [International Viewpoint](#) | 18/09/2020 | **TRADUÇÃO:** Charles Rosa

A proporção da população que vive abaixo da linha da pobreza chegou a 41,1% em 2019 e pode aumentar em mais 800 mil pessoas em 2020. O desenrolar do golpe prova que foi cuidadosamente preparado. Em 18 de agosto, os amotinados tomaram simultaneamente os quartéis de Kati e N'Tominkorobougou, enquanto tropas eram enviadas para prender figuras-chave do regime, o presidente Ibrahim Boubacar Keita (IBK), seu primeiro-ministro Boubou Cissé e o ministro das Relações Exteriores Tiébilé Dramé, Finanças Ministro Abdoulaye Daffé, e general Ibrahim Dahirou Dembelé, Ministro da Defesa.

Um golpe em meio ao descontentamento popular

Imediatamente, os autores do golpe de Estado proclamaram a criação de um Comitê Nacional de Salvação do Povo (CNSP) e fizeram com que o próprio Keita anunciasse sua renúncia e de seu governo, bem como a dissolução da assembleia nacional, permitindo assim a manutenção de um verniz constitucional, mesmo que isso não engane ninguém. Se os golpistas são, em sua maioria, oficiais superiores, eles não estão integrados no círculo interno das personalidades do regime. Alguns deles lideraram a guerra contra os rebeldes no norte do Mali, como o coronel Assimi Goita, presidente do CNSP, que foi comandante do batalhão autônomo de forças especiais e lutou contra os jihadistas no norte do país de 2002 a 2008. O número dois do CNSP, Malick Diaw, foi vice-comandante da zona militar de Kati e é considerado o pivô do golpe. O porta-voz do CNSP, Ismaël Wagué, era o subchefe do Estado-Maior da Força Aérea.

Parafraseando um anúncio de uma multinacional de alta tecnologia: o povo sonhou com isso, os golpistas perceberam, só que, neste caso, o povo não apenas sonhou, mas se mobilizou

massivamente contra o regime com manifestações massivas. O gatilho para esta mobilização, que começou no início de junho, foi a decisão do Conselho Constitucional de modificar os resultados das eleições parlamentares em cerca de trinta círculos eleitorais a favor dos candidatos ao regime. A taxa de abstenção no primeiro turno das eleições presidenciais de 2018 foi de 57% e no segundo turno foi de mais de 65%. Esta abstenção foi mantida durante as últimas eleições parlamentares, demonstrando o desinteresse da população por uma classe política bastante desacreditada. As mobilizações massivas foram organizadas pelo Mouvement du 5 Juin – Rassemblement des Forces Patriotiques (M5-RFP), uma agregação de diferentes partidos, sindicatos e organizações ativistas da sociedade civil, contra o governo e pela renúncia de Keita. A única resposta do governo foi uma repressão feroz, com um número de mortos de 11 e mais de cem feridos. O IBK não hesitou em usar a Força Especial Antiterrorismo (FORSAT), que disparou munição real contra a multidão na tentativa de conter os protestos.

Embora em 2013 o IBK tenha representado esperança e vencido as eleições presidenciais com facilidade, ele continuou a decepcionar ao não tomar decisões importantes capazes de resolver os problemas do país. Seu governo e seus parentes foram contaminados por casos de corrupção que devastaram a vida política. Entre outros, o superfaturamento da compra do avião presidencial, as compras de 4X4s de luxo distribuídas à sua comitiva, para não falar do seu relógio Patek Philippe a mais de 80.000 euros e do comportamento do filho, Karim Keita, que exhibe descaradamente o seu luxo estilo de vida nas redes sociais, enquanto quase metade da população vive abaixo da linha da pobreza. Uma investigação da ONU revelou que a alta hierarquia militar, como o general Kéba Sangaré, chefe do Estado-Maior do Exército, continuou a torpedear os acordos de paz de Argel e a tomar decisões irresponsáveis ao suspender a proteção da aldeia de Ogossagou, que, no entanto, estava ameaçada por milícias armadas. Horas depois da partida do

exército do Mali, a vila foi atacada, matando 35 civis e 19 desaparecidos. Esta aldeia já estava de luto pelo massacre de 160 pessoas há um ano. Se o general Sangaré foi demitido de seu posto, esse tipo de indivíduo continua com as políticas repressivas no mais alto nível do estado. É, portanto, um regime sitiado, corrupto e incapaz que chegou ao fim.

Uma situação dramática para as pessoas

Seja na área econômica, social ou previdenciária, todos os indicadores são vermelhos. De acordo com o último relatório do Secretário das Nações Unidas, a situação está se deteriorando consideravelmente. “O número de pessoas deslocadas internamente no Mali aumentou para 239.484 de 218.000 em março”. Os acordos de paz de Argel, que datam de 20 de junho de 2015, estagnaram e as duas medidas mais importantes não foram realizadas: “atrasos na reestruturação administrativa e territorial e os desafios enfrentados na redistribuição de unidades reconstituídas do exército ao norte de país foram identificados como os principais obstáculos à implementação do Acordo”. A situação no norte do país é agora uma espécie de zona cinzenta onde grupos armados, sejam ou não signatários do acordo de paz, islâmicos ou grupos comunitários, estão principalmente envolvidos em várias atividades de tráfico.

Situação que resulta em parte da intervenção militar francesa no âmbito da Operação Serval. Na verdade, a primeira consequência foi a dispersão de combatentes islâmicos por toda a região do Sahel, a segunda está ligada à dependência das forças armadas dos separatistas do MNLA e, em seguida, com a operação Barkhane, de milícias pró-governo para lutar contra os jihadistas no despesas de uma política de desarmamento geral.

Existem dois grupos islâmicos: Jama'a Nusrat ul-Islam wa al-Muslimin (Grupo de Apoio ao Islã e aos Muçulmanos – GSIM) afiliado à Al Qaeda e liderado por Iyad Ag Ghali e o Estado Islâmico do Grande Saara. Além disso, existem grupos armados

federados em várias organizações. Do lado do governo, está a Plataforma dos Movimentos de Autodefesa denominada “a Plataforma”, enquanto do lado rebelde está a Coordenação dos Movimentos Azawad (CMA) e por fim, a Coordenação dos Movimentos de Entente que reúne lutadores dos dois primeiros grupos. Entre todos esses grupos, as fronteiras são amplamente porosas e as alianças são formadas e desamarradas ao sabor dos chefes dos clãs.

A violência que se limitou ao norte se espalhou por vários anos para o centro do país e a situação só está piorando com os confrontos intercomunais, mas também dentro das comunidades. Os conflitos são principalmente devido ao acesso a recursos, seja água ou pasto, entre os Fulani, que são principalmente pastores, e outras comunidades que dependem da agricultura ou da pesca. Os confrontos tornam-se sangrentos porque as armas de guerra são numerosas e circulam facilmente no país, a ausência de um Estado que possa atuar como regulador e mediador permite que os islâmicos prosperem inserindo-se nos conflitos e exacerbando-os. Não passa um mês sem testemunhar ataques e represálias de milícias armadas da comunidade, como “Dan Nan Ambassagou” ou islâmicos. Em qualquer caso, são os civis que pagam o preço mais alto.

Quanto mais forte é a pressão militar, mais o país afunda em uma crise com consequências dramáticas para o povo. Violações de direitos humanos, como assassinatos, saques, sequestros, desaparecimentos e recrutamento forçado, incluindo o de crianças, são cometidos por grupos armados, mas também por forças governamentais: “A MINUSMA documentou 535 violações e abusos, 412 a mais do que no período de relatório anterior, incluindo 275 abusos cometidos por grupos armados e 163 pelas forças nacionais ”. [1] Os casos listados refletem apenas parcialmente a situação devido à multiplicidade de exércitos governamentais operando no Sahel: o exército do Mali, a força conjunta do G5 Sahel que reúne elementos dos exércitos do Mali, Níger, Burkina Faso, Mauritânia e Chade, a ONU force

MINUSMA, o grupo de forças Takuba formado por soldados da União Europeia, as forças do exército francês da Operação Barkhane e as forças dos vários países do Sahel que têm direito de perseguição de 50 km, recentemente aumentado para 100, para além das suas fronteiras . Quando são cometidos abusos contra civis, é difícil saber quem é o responsável, pois os soldados dos exércitos do Sahel integrados no G5 não têm nenhum sinal distintivo. Já as Forças Armadas francesas trabalham e contam com certos grupos armados responsáveis por crimes, a exemplo do Groupe Autodéfense Touareg Imghad et Alliés (GATIA).

Mali gradualmente caiu em uma espiral de violência. Não são mais alguns jihadistas que realizam ataques, mas sim grupos armados que lucram com problemas inicialmente políticos e econômicos. A crise do capitalismo na África e notoriamente no Sahel com suas repercussões climáticas, econômicas, sociais e agora na saúde exacerba as tensões comunais. As respostas militares, sejam malinesas ou ocidentais, não mudam a situação, mas a tornam pior. Como assinalam as organizações da sociedade civil ativistas do Sahel: “Os recursos militares até agora não conseguiram garantir a proteção de todas as populações sem discriminação e até mesmo levaram a vários abusos contra civis... Os Estados devem ser capazes de analisar as situações que levam as pessoas a ingressar em grupos armados ... ”[2]

Esta situação de guerra latente no norte e centro do país tem consequências a nível social, os centros de saúde deixaram de funcionar e as escolas estão desertas, pelo que antes da crise da Covid-19, cerca de 1.261 escolas foram encerradas por razões de segurança. Os preços dos alimentos continuam subindo devido às dificuldades de transporte. A epidemia de Covid-19 exacerbou a escassez. A Organização das Nações Unidas considera que “a insegurança alimentar atinge 3,5 milhões de pessoas, das quais 757.000 estão em situação grave”. Podemos entender melhor a raiva dos malineses contra o governo e seu

presidente IBK e a recepção favorável do golpe de Estado em contraste com as posições da comunidade internacional.

A dança dos hipócritas

O golpe foi condenado por unanimidade; no entanto, certas nuances aparecem. Assim, a França está pedindo o retorno de civis ao poder sem mencionar o IBK, ao contrário da CEDEAO. Esta organização, que reúne chefes de estado de países da África Ocidental, exige “o restabelecimento do Presidente Ibrahim Boubacar Keita como Presidente da República, de acordo com as disposições constitucionais do seu país”.

Entre esses grandes defensores da ordem constitucional, encontramos Alassane Ouattara e Alpha Condé, que mudou a constituição de seu país para se candidatar, ou Faure Gnassingbé, que chegou ao poder por meio de um golpe e está em seu quarto mandato por meio de eleições fraudulentas.

Sua declaração solene em defesa da Constituição do Mali nos faria sorrir se não houvesse consequências significativas por trás dela. A CEDEAO declarou “o fechamento de todas as fronteiras terrestres e aéreas, bem como a cessação de todos os fluxos e transações econômicas, financeiras e comerciais, com exceção de alimentos básicos, medicamentos, combustível e eletricidade. entre os países membros e o Mali. Convidamos todos os parceiros a fazerem o mesmo ”. [3] Mali é um país sem litoral que depende de países fronteiriços para seu abastecimento. Um embargo só tornaria a situação ainda mais difícil.

Na África, os golpes se sucedem, mas não são iguais. Há golpes de estado que põem fim às experiências democráticas, como foi o caso em 2008 na Mauritânia, onde o general Mohamed Ould Abdel Aziz assumiu o poder para pôr fim às prisões por peculato, ou de Blaise Compaoré para derrubar Thomas Sankara. Existem outros golpes que derrubam ditaduras ou regimes odiados que permanecem no local por meio da repressão. Mali é um exemplo. O fim da ditadura de Moussa Traore em 1991 foi

devido a uma combinação de movimentos de massa e um golpe militar. O golpe de Amadou Haya Sanogo em 2012 acabou com o regime corrupto de Amadou Toumani Touré. Este tipo de golpe de estado é sempre ambivalente, pois por um lado livra o país dos dirigentes corruptos, mas, por outro, substitui o povo e sua organização, despojando-os de sua vitória, e pode levar a graves abusos.

Uma situação complexa de lutas

O M5-RFP não apoiou o golpe, mas saudou a saída do IBK da presidência, considerando esta renúncia como resultado da luta do povo e se declarando pronto para trabalhar com os militares. Do ponto de vista da mobilização popular, a situação continua complexa. A liderança do protesto continua nas mãos de um líder religioso e demagogo particularmente retrógrado, o Imam Mahmoud Dicko. Ele apoiou o ex-ditador Moussa Traoré, lutou contra a mudança no Código da Família dando mais direitos às mulheres e levou o IBK ao poder na primeira eleição presidencial. Na M5-RFP, organização de Dicko, a Coordenação de Movimentos, Associações e Simpatizantes (CMAS) tem um peso muito importante e políticos como Choguel Maiga, Mountaga Tall ou Modibo Sidibé que participaram mais ou menos em todos os regimes não têm tamanho suficiente para fornecer um contrapeso. Agora, os militares assumiram uma posição decisiva no espectro político do Mali. Entre esses dois pólos, o Imam Dicko e os conspiradores do golpe, será difícil para os partidos políticos progressistas e as organizações militantes da sociedade civil fazerem ouvir suas vozes quando escolhas políticas e econômicas substantivas tiverem que ser feitas.

Paul Martial é correspondente da International Viewpoint. Ele é editor da Afriques en Lutte e membro da Quarta Internacional na França.

Notas de rodapé

[1]

https://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/S_2020_476.pdf

[2]

<https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/2012-Jul-JointStatement-Mali-Peoples-Coalition-Fr.pdf>

[3] Em 8 de setembro de 2020, a CEDEAO havia abandonado a exigência de que o IBK voltasse ao poder, mas continuou a exigir uma transição civil em menos de 12 meses, na ausência da qual as sanções seriam mantidas, na verdade reforçadas.